



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

TIPE - GABINETE
DES. FAUSTO CAMPOS

Fl. 132

Mandado de Segurança n: 0006428-96.2013.8.17.0000 (306.959-8)
Impetrante: Solange Maria de Sá Souza
Advogado: Silvano Vieira Rodrigues
Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco
Órgão Julgador: Corte Especial
Relator: Des. Fausto Campos

EMENTA: WRIT. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. LITISPENDÊNCIA. PRELIMINAR. REJEITAÇÃO. UNÂNIME. CONTRATAÇÃO PRECÁRIA. CANDIDATO APROVADO. PRETERIÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO. WRIT CONCESSIVO. POR MAIORIA DE VOTOS. AGRAVO DOMÉSTICO. PREJUÍZO.

1. Haverá litispendência entre ações quando forem idênticos o pedido, a causa de pedir e as partes, caso em que ocorrerá a tríplice identidade - mesmos elementos da ação, nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 301, do Código de Processo Civil. *In casu*, não há falar-se em litispendência vez que inexiste a necessária tríplice identidade para sua ocorrência.

2. Este writ não reproduz o MS n. 297.797-7, pois enquanto aqui o pólo passivo da ação é composto pelo Governador do Estado, naquele o mesmo pólo é composto pelos Secretários de Educação e de Administração deste Estado.

3. Simples aprovação em concurso público, fora do número de vagas previsto no edital regulatório, gera mera expectativa de direito à nomeação, o qual se convola em direito líquido e certo caso a Administração, dentro do prazo de validade do concurso, passe a contratar pessoas de forma precária, em detrimento das regularmente aprovadas ou caso surjam novas vagas e o concurso ainda não tenha expirado seu prazo de validade.

4. O julgamento meritório da impetração prejudica o exame do agravo regimental que se insurgia contra decisão interlocutória.

5. Ordem concedida. Por maioria de votos. Regimental prejudicado.

ACÓRDÃO

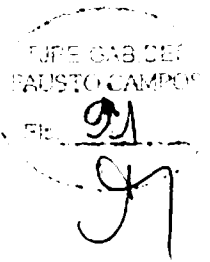
Vistos, relatados e discutidos este Mandado de Segurança, em que figuram como partes as acima mencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 28.04.2014, por unanimidade, rejeitar a preliminar de litispendência e por maioria de votos conceder a ordem impetrada e julgar prejudicado o exame do agravo regimental, tudo nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas que integram o acórdão.

Recife, 20 de maio de 2014.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Mandado de Segurança n: 0006428-96.2013.8.17.0000 (306.959-8)
Impetrante: Solange Maria de Sá Souza
Advogado: Silvano Vieira Rodrigues
Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco
Órgão Julgador: Corte Especial
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO:

Solange Maria de Sá Souza impetrou Mandado de Segurança apontando como autoridade coatora o Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco que deixou de nomeá-la dentro do prazo de validade do concurso em que foi aprovada, apesar da existência de vaga.

O concurso foi homologado através da Portaria conjunta SAD/SEE n. 21, publicada em 18.02.2009 (fl. 16), prorrogado por mais dois anos o prazo de validade através da Portaria SAD/SEE n. 16, de 19.02.2011.

Inicial instruída com os documentos de fls. 09/26.

Por entender presentes os requisitos que autorizam a concessão da liminar na forma pleiteada deferi-a (fls. 31/32v).

Dessa decisão o Estado de Pernambuco agravou na forma regimental (fls. 43/48v), pretendendo ver reformada a decisão concessiva. Suscita preliminar de litispendência entre este feito e o MS n. 297.797-7; e, no mérito, rechaça o pleito autoral defendendo a legitimidade e necessidade das contratações temporárias, bem como que a provação fora do número de vagas previsto no edital não gera direito subjetivo à nomeação, mas apenas mera expectativa de direito.

Ao fim, aduz que a determinação de nomeação de candidato aprovado fora do número de vagas pelo Judiciário constitui incursão indevida deste na autonomia do Poder Executivo.

O Secretário de Administração do Estado de Pernambuco, por meio do ofício de fl. 81, informa o cumprimento da liminar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

A Procuradoria Geral de Justiça, por meio do parecer de fls. 86/89, da lavra da Dra. Maria Helena Nunes Lyra, entendendo presentes o direito líquido e certo da Impetrante opina pela concessão da segurança.

Está feito p relato.

Inclua-se em pauta.

Recife, 18 de dezembro de 2013.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Mandado de Segurança n: 0006428-96.2013.8.17.0000 (306.959-8)
Impetrante: Solange Maria de Sá Souza
Advogado: Silvano Vieira Rodrigues
Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco
Órgão Julgador: Corte Especial
Relator: Des. Fausto Campos

VOTO PRELIMINAR: DA LITISPENDÊNCIA.

Preliminarmente, alega a Procuradoria Geral do Estado, que este *mandamus* deve ser extinto ante a existência de litispendência entre este e o MS n. 297.797-7, trazendo cópia da inicial deste último às fls. 72/77, para demonstrar o alegado.

Pois bem. Haverá litispendência entre ações quando forem idênticas as petições iniciais, o que por óbvio, fará idênticos também o pedido, a causa de pedir e as partes, caso em que ocorrerá a tríplice identidade – mesmos elementos da ação, a configurar a litispendência nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 301, do Código de Processo Civil:

Art. 301. Compete-lhe, porém, antes de discutir o mérito, alegar: (...) V- litispendência; (...) § 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. § 2º Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. § 3º Há litispendência, quando se repete ação, que está em curso; (...).

Todavia, no caso dos autos descabe falar-se em litispendência exatamente por inexistir a necessária tríplice identidade para sua ocorrência.

Este *writ* não reproduz o MS n. 297.797-7, pois enquanto aqui o pólo passivo da ação é composto pelo Governador do Estado, naquele o mesmo pólo é composto pelos Secretários de Educação e de Administração deste Estado.

Para fins de Mandado de Segurança, considera-se autoridade coatora aquela que pratica, ordena ou omite a prática do ato inquinado de ilegal, possuindo poderes para revê-lo, dispondo, destarte, de competência para corrigir a ilegalidade impugnada e assim cumprir ordem emanada do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Judiciário. O que está em consonância com a doutrina dominante que considera autoridade no *writ* "a pessoa física investida de poder de decisão dentro da esfera de competência que lhe é atribuída pela norma legal" (MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança e ações constitucionais. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 33).

Neste sentido, há uma verdadeira subsunção à competência constitucional estabelecida ao Governador, *ex vi* art. 37, VIII:

Art. 37. Compete privativamente Governador do Estado: (...)
VIII - prover os cargos públicos na forma de lei;

O Tribunal da Cidadania assim se posicionou sobre o tema:

DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. PRETENSÃO DE NOMEAÇÃO A CARGO PÚBLICO. AUTORIDADE IMPETRADA. SECRETÁRIO ESTADUAL. ILEGITIMIDADE. PREVISÃO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO. TEORIA DA ENCAMPAÇÃO. INAPLICAÇÃO. FALTA DE CORRELAÇÃO LÓGICA. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. FUNCIONÁRIO HIERARQUICAMENTE INFERIOR. 1. **Havendo previsão normativa constitucional estadual de que compete privativamente ao governador do estado o provimento de cargo público, não há legitimidade ad causam para o secretário estadual figurar em mandado de segurança cuja pretensão seja exatamente a nomeação para cargo.** 2. A teoria da encampação exige, para sua aplicação, a verificação concomitante de três requisitos, um deles sendo o vínculo de hierarquia entre a autoridade indicada e aquela que supostamente deteria a competência para a prática e desfazimento do ato atacado pelo writ, de forma que aquela, por ser superior a esta, ao defender o ato de seu subalterno, encampa-lhe a prerrogativa administrativa que originalmente não é sua. 3. Não existe essa situação, todavia, quando a autoridade indicada (secretário) é hierarquicamente inferior à autoridade verdadeiramente competente (governador de estado), isso para não haver usurpação de competência funcional. 4. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no RMS: 43356 GO 2013/0236952-1, Rel: Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma: DJe 15.10.2013).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Logo, é clarividente que o ato de nomeação de servidor público estadual é privativo do Governador do Estado, motivo pelo qual deve este figurar no pólo passivo da demanda em questão e não o Secretário de Educação ou o de Administração, como ocorre no MS n. 297.797-7, descabendo, desta feita, falar-se em litispendência ante a inexistência de duplicidade de demandas, como quer fazer crer a PGE.

Outra não poderia ser a conclusão do julgamento daquele Mandado de Segurança, que resultou assim ementado:

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. DESISTÊNCIA OU DESCLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS. ILEGITIMIDADE PASSIVA RECONHECIDA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Considerando que autoridade coatora é aquela que, ordenando ou omitindo, possui concreta responsabilidade pelo implemento do ato administrativo, bem como competência para retificar a ilegalidade impugnada, este Colegiado observou, na espécie, que tal condição não recai sobre o Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, mas sim sobre a pessoa do Governador do Estado, isto por força do comando insculpido no art. 37, VIII, da Constituição Estadual. 2. Extinção do processo sem resolução de mérito, nos moldes do no art. 267, VI, Código de Processo Civil. 3. Decisão Unânime. (TJPE: MS n. 297.797-7; Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães. Grupo de Câmaras de Direito Público; julgamento em 14.05.2013).

Inexistente identidade entre esta ação e o Mandado de Segurança n. 297.797-7, voto pela rejeição da preliminar de litispendência.

É como voto.

Recife, 31 de Março de 2014

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Mandado de Segurança n: 0006428-96.2013.8.17.0000 (306.959-8)
Impetrante: Solange Marla de Sá Souza
Advogado: Silvano Vieira Rodrigues
Impetrado: Governador do Estado de Pernambuco
Órgão Julgador: Corte Especial
Relator: Des. Fausto Campos

VOTO DE MÉRITO:

Superada a questão preliminar, passo a apreciar o mérito.

Por primeiro, o Impetrado, ao rechaçar o pleito autoral, alega a legitimidade e necessidade das contratações temporárias, bem como que a aprovação fora do número de vagas previsto no edital não gera direito subjetivo à nomeação, mas apenas mera expectativa de direito.

Além de aduzir, ao final, que a determinação de nomeação de candidato aprovado fora do número de vagas pelo Judiciário constitui incursão indevida deste na autonomia do Poder Executivo e que este último pode remover, permutar ou transferir servidores de modo discricionário.

De fato, a simples aprovação em concurso público, fora do número de vagas previsto no edital regulatório, gera mera expectativa de direito à nomeação. Entretanto, referido direito convola-se em direito líquido e certo a efetiva nomeação caso a Administração, dentro do prazo de validade do concurso, passe a contratar pessoas de forma precária, em detrimento das regularmente aprovadas.

Foi o que ocorreu, no caso dos autos.

A Impetrante logrou demonstrar que possui direito líquido e certo a ser nomeada comprovando através dos documentos de fls. 25/26 a contratação precária de outros cinco Técnicos em Gestão Educacional, em detrimento do concurso específico para o desempenho de tal atividade.

Admitir por parte da Administração tal postura constitui ilegal preterição do seu direito, agora subjetivo, em detrimento das contratações temporárias realizadas pelo Governo do Estado, em manifesta ofensa à regra das nomeações por concurso público. Neste sentido:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA EXCELENTÍSSIMA SENHORA GOVERNADORA DO ESTADO. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E TEMPORÁRIA. PRETERIÇÃO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO. ILEGALIDADE. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO. Tratando-se de ato de competência discricionária é ato reservado ao administrador. Apesar da mera aprovação em concurso público não gerar obrigatoriamente o direito à nomeação, existindo concursado para ser nomeado não cabe mais a contratação em caráter precário e emergencial, pois a partir desse momento nasce para o candidato o direito à nomeação. Caso de preterição da impetrante, que foi aprovada em concurso público em 1º lugar, ainda mais que existe vaga e necessidade de pessoal. Direito líquido e certo à nomeação. ORDEM CONCEDIDA. UNÂNIME. (MS n. 70021271002, Tribunal Pleno, TJRS, Rel: Des. Guinther Spode, Pleno, DJ 17.01.2008).

ADMINISTRATIVO. (...) QUADRO DE RESERVA. PRETERIÇÃO OU CONTRATAÇÃO PRECÁRIA DE TERCEIROS. (...) 2. O Superior Tribunal de Justiça adota o entendimento de que a aprovação do candidato dentro do cadastro de reserva confere-lhe direito líquido e certo à nomeação para o respectivo cargo se, durante o prazo de validade do concurso, demonstrado o interesse da Administração Pública, surgirem novas vagas ou houver contratação precária para o exercício do cargo. (...) (STJ: RMS 39.321/MS, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, DJe 24.05.2013).

Ademais, referidas contratações temporárias para exercer o cargo pretendido tão somente corroboram a necessidade permanente de servidores por parte da Administração, carecendo da criação de vagas a serem preenchidas pela via legal apropriada.

Desse modo, com o fito afastar qualquer ilegalidade e abuso que eiva a omissão Administrativa submetida à análise desta Corte, por meio deste *writ*, deve este Poder Judiciário garantir à Impetrante o direito à convocação para provimento no cargo de Técnica Educacional, da cidade de Petrolândia, descabendo falar-se em ofensa ao princípio da separação dos poderes, sobre o qual versa o artigo 2º da CF/88, mencionado pela PGE, tendo em vista que, ao conceder a ordem aqui pretendida, confirmando a liminar deferida, este Colegiado afasta referidos vícios que inquinavam o ato administrativo em comento, dentro de sua legitimidade e competência.

Em consonância com o aqui explanado, precedente deste Tribunal: MS n. 216.477-2 e alguns precedentes dos Tribunais Pátrios:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Demais disso, não bastasse a contratação precária de pessoas por parte da Administração a amparar o direito líquido e certo da Impetrante, esta logrou demonstrar que a primeira candidata aprovada e convocada, Sra. Paula Francinete Rubens de Menezes, pediu exoneração, fato que corrobora seu direito líquido e certo a nomeação. Veja-se.

No mesmo sentido decidiu o Superior Tribunal de Justiça, veja-se os ementários abaixo:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REEXAMENECESÁRIO. CABIMENTO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. SUPERVENIENTE SURGIMENTO DE NOVAS VAGAS. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO. NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO CONFIGURADA. NOMEAÇÃO. DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO. (...) 2. A prática de ato, pela Administração, que evidencie a necessidade de preenchimento de cargos vagos gera direito subjetivo à nomeação dos candidatos aprovados e classificados em concurso público inicialmente além do número de vagas ofertado pelo edital do certame. 3. Na espécie, ao promover a nomeação de candidatos classificados além do número de vagas previsto no certame, bem como ao realizar contratação temporária de professores, a Administração revelou a existência de cargos vagos e a necessidade do serviço, de maneira que a desistência de alguns convocados não poderia ensejar a preterição dos remanescentes. 4. Recurso especial provido. (STJ - REsp: 1185379 MG 2010/0042177-2, Rel: Min. Maria Thereza de Assis Moura, 6ª Turma: DJe 02.04.2012).

A prática de ato, pela Administração, que evidencie a necessidade de preenchimento de cargos vagos gera direito subjetivo à nomeação dos candidatos aprovados e classificados em concurso público inicialmente além do número de vagas ofertado pelo edital do certame.

Com a exoneração da aprovada em 1º lugar, as sete vagas inicialmente oferecidas pelo edital não foram completamente preenchidas, de tal sorte que, tendo sido a Impetrante aprovada na 8ª posição, ou seja, próxima candidata na lista de classificados, tem ela direito líquido e certo de ser convocada à nomeação da vaga não preenchida pelo 1º lugar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE ADMINISTRATIVO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. LEGITIMIDADE DA AUTORIDADE COATORA. APROVAÇÃO DENTRO DO CADASTRO DE RESERVA PREVISTO EM EDITAL. ABERTURA DE NOVA VAGA NO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME. DIREITO À NOMEAÇÃO. (...) Esta Corte Superior adota entendimento segundo o qual a regular aprovação em concurso público fora do número de vagas previstas no edital confere ao candidato mera expectativa de direito à nomeação. 4. A jurisprudência desta Corte Superior também reconhece que a classificação e aprovação do candidato, ainda que fora do número mínimo de vagas previstas no edital do concurso, confere-lhe o direito subletivo à nomeação para o respectivo cargo se, durante o prazo de validade do concurso, houver o surgimento de novas vagas, seja por criação de lei ou por força de vacância. Ressalta-se que há a aplicação de tal entendimento mesmo que não haja previsão editalícia para o preenchimento das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do certame. Precedente: RMS 32105/DF, Rel. Min. Ellana Calmon, Segunda Turma, DJe 30/08/10. (...) Assim, obedecendo a ordem de classificação, a colocação do candidato é atingida para sua convocação, impondo-se o reconhecimento do direito líquido e certo do impetrante à nomeação e posse no cargo para o qual fora devidamente habilitado. 9. Segurança concedida. (STJ - MS: 19884 DF 2013/0065812-0, Rel: Min. Mauro Campbell Marques, DJe 14/05/2013, S1 - 1ª Seção).

MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIDADE COATORA. LEGITIMIDADE RECURSAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO FORA DO NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS. IRREGULARIDADE NO ATO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME. CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO. (...) 2. A aprovação fora do número de vagas ofertadas pelo concurso público não confere direito subletivo à nomeação, mas traduz simples expectativa de direito. Entretanto, se, no prazo de validade do concurso, são criadas, por lei, novas vagas e se a Administração as preenche com a contratação de servidores temporários, a mera expectativa do candidato classificado convola-se em direito líquido e certo à nomeação. "A ratio essendi de a contratação precária de terceiros fazer surgir o direito líquido e certo dos aprovados em concurso público à nomeação às vagas existentes, decorre do fato de ela demonstrar a necessidade de pessoal para desempenho de determinada atividade administrativa" (STJ, MS n. 13.575-DF). (TJSC - MS: 594975 SC 2009.059497-5, Rel: Newton Janke, Julg: 05.04.2010).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Cumpra ainda, que o presente *mandamus* visa inclusive, por via transversa, preservar a própria credibilidade do concurso público, considerando as peculiaridades do caso concreto.

Com essas considerações e diante do inquestionável direito líquido e certo da Impetrante, voto pela concessão da segurança, para determinar ao Governador do Estado de Pernambuco que promova a nomeação e posse da Impetrante Solange Marla de Sá Souza, de forma definitiva, para o cargo de Técnica Educacional-Pedagoga da cidade de Petrolândia-PE.

Face ao julgamento definitivo da demanda, julgo prejudicada a análise do agravo doméstico.

É como voto.

Recife,

31 de Junho de 2014

Des. Fausto Campos
Relator



CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 0306959-8

Impetrante: **Solange Maria de Sá Souza**

Impetrado: **Governador do Estado de Pernambuco**

Relator: **Des. Fausto de Castro Campos**

Voto Vista – Des. Eurico de Barros Correia Filho

A impetrante alega a violação, por omissão, do seu direito líquido e certo à nomeação para o cargo de técnica educacional do quadro permanente do sistema público de educação do Estado de Pernambuco, em razão da sua aprovação no concurso público disciplinado pelo Edital em anexo à Portaria Conjunta SAD/SEE nº 104/2008, de 11 de agosto de 2008, homologado através da Portaria Conjunta SAD/SEE nº 21/2009, cujo prazo de validade foi prorrogado por mais 2 (dois) anos, expirando no dia 18/02/2013.

O concurso previa 07 (sete) vagas disponíveis para o cargo pretendido com lotação originária na cidade de Petrolândia/PE, tendo a impetrante logrado aprovação na 8ª (oitava) colocação do certame. Entretanto, alega que a candidata aprovada em 1º (primeiro) lugar na ordem de classificação, Paula Francinete Rubens de Menezes, pouco tempo depois de ter sido nomeada e empossada, **foi exonerada, a pedido, no dia 09/07/2011, disponibilizando uma vaga ainda durante o prazo de validade do concurso.**

Acrescenta a impetrante que a Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas do Estado de Pernambuco **contratou em caráter temporário 05 (cinco) técnicos em gestão educacional** para a cidade de Petrolândia/PE, dentro do prazo de validade do concurso.

A jurisprudência dos Tribunais Superiores, em especial a do Supremo Tribunal Federal - STF, têm evoluído no sentido de restringir a discricionariedade administrativa quanto ao dever-poder de nomeação de candidatos aprovados em concurso público.

O entendimento mais remoto sobre a matéria reconhecia que a aprovação em concurso público gerava mera expectativa de direito ao candidato aprovado no certame, ainda que estivesse classificado dentro do número de vagas originalmente previsto no respectivo edital, de modo que a sua nomeação estava sujeita ao critério de conveniência e oportunidade da administração pública.

Em seguida os Tribunais Superiores passaram a interpretar as cláusulas editalícias à luz dos princípios da boa fé e da legalidade, para reconhecer que **a aprovação em concurso público, desde que o candidato tenha se classificado dentro do número de vagas do edital, gerava o direito subjetivo à nomeação.** Esse posicionamento, porém, não apreciava a hipótese de candidatos aprovados além do número original de vagas do edital, em face das vagas supervenientes decorrentes de desistência, demissão, exoneração, cumulação indevida de cargos etc.

Esse posicionamento, **que na realidade se restringiu ao caso que se apresentava de candidato classificado dentro do número de vagas previsto inicialmente no concurso**, se consolidou com o julgamento paradigmático do Supremo Tribunal Federal em agosto de 2011, no Recurso Extraordinário nº. 598099, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, publicado em 03.10.2011, cuja ementa assim pronunciou:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. CONCURSO PÚBLICO. PREVISÃO DE VAGAS EM EDITAL. DIREITO À NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS.

I. DIREITO À NOMEAÇÃO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL.

Dentro do prazo de validade do concurso, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, a qual, de acordo com o edital, passa a constituir um direito do concursando aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao poder público. Uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas.

II. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. BOA-FÉ. PROTEÇÃO À CONFIANÇA.

O dever de boa-fé da Administração Pública exige o respeito incondicional às regras do edital, inclusive quanto à previsão das vagas do concurso público. Isso igualmente decorre de um necessário e incondicional respeito à segurança jurídica como princípio do Estado de Direito. **Tem-se, aqui, o princípio da segurança jurídica como princípio de proteção à confiança. Quando a Administração torna público um edital de concurso, convocando todos os cidadãos a participarem de seleção para o preenchimento de determinadas vagas no serviço público, ela impreterivelmente gera uma expectativa quanto ao seu comportamento segundo as regras previstas nesse edital. Aqueles cidadãos que decidem se inscrever e participar do certame público depositam sua confiança no Estado administrador, que deve atuar de forma responsável quanto às normas do edital e observar o princípio da segurança jurídica como guia de comportamento. Isso quer dizer, em outros termos, que o comportamento da Administração Pública no decorrer do concurso público deve se pautar pela boa-fé, tanto no sentido objetivo quanto no aspecto subjetivo de respeito à confiança nela depositada por todos os cidadãos.**

III. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO. CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO.

Quando se afirma que a Administração Pública tem a obrigação de nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, deve-se levar em consideração a possibilidade de situações excepcionais que justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público. Não se pode ignorar que determinadas situações excepcionais podem exigir a recusa da Administração Pública de nomear novos servidores. Para justificar o excepcionalíssimo não cumprimento do dever de nomeação por parte da Administração Pública, é necessário que a situação justificadora seja dotada das seguintes características: a) Superveniência: os eventuais fatos ensejadores de uma situação excepcional devem ser necessariamente posteriores à publicação do edital do certame público; b) Imprevisibilidade: a situação deve ser determinada por circunstâncias extraordinárias, imprevisíveis à época da publicação do edital; c) Gravidade: os acontecimentos extraordinários e imprevisíveis devem ser extremamente graves, implicando onerosidade excessiva, dificuldade ou mesmo impossibilidade de cumprimento efetivo das regras do edital; d) Necessidade: a solução drástica e excepcional de não cumprimento do dever de nomeação deve ser extremamente necessária, de forma que a Administração somente pode adotar tal medida quando absolutamente não existirem outros meios menos gravosos para lidar com a situação excepcional e imprevisível. De toda forma, a recusa de nomear candidato aprovado dentro do número de vagas deve ser devidamente motivada e, dessa forma, passível de controle pelo Poder Judiciário.

IV. FORÇA NORMATIVA DO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO.

Esse entendimento, na medida em que atesta a existência de um direito subjetivo à nomeação, reconhece e preserva da melhor forma a força normativa do princípio do concurso público, que vincula diretamente a Administração. É preciso reconhecer que a

efetividade da exigência constitucional do concurso público, como uma incomensurável conquista da cidadania no Brasil, permanece condicionada à observância, pelo Poder Público, de normas de organização e procedimento e, principalmente, de garantias fundamentais que possibilitem o seu pleno exercício pelos cidadãos. O reconhecimento de um direito subjetivo à nomeação deve passar a impor limites à atuação da Administração Pública e dela exigir o estrito cumprimento das normas que regem os certames, com especial observância dos deveres de boa-fé e incondicional respeito à confiança dos cidadãos. O princípio constitucional do concurso público é fortalecido quando o Poder Público assegura e observa as garantias fundamentais que viabilizam a efetividade desse princípio. Ao lado das garantias de publicidade, isonomia, transparência, impessoalidade, entre outras, o direito à nomeação representa também uma garantia fundamental da plena efetividade do princípio do concurso público.

V. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

(RE 598099, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/08/2011, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-189 DIVULG 30-09-2011 PUBLIC 03-10-2011 EMENT VOL-02599-03 PP-00314) - **[Destaque!]**

Como visto, o precedente acima referido reconhece que a expectativa de direito do candidato aprovado em concurso público se consolida em direito público subjetivo à nomeação quando o candidato se classifica dentre das vagas originais do edital. **O julgado, no entanto, não se pronuncia sobre o direito do candidato aprovado e classificado além do número de vagas original do edital em caso de desistências de candidatos melhor classificados, exonerações ou qualquer outra causa de vacância superveniente de vagas, simplesmente porque tal matéria não era objeto de recurso naquela oportunidade**, de modo que o caso da impetrante, embora não tenha sido expressamente compreendido pela referida decisão relatada pelo Min. Gilmar Mendes, nem por isso estão dela excluídos, pois se trata de outra hipótese que não estava em discussão no julgado.

A partir de 2010 se passou a considerar que a expectativa de direito do candidato aprovado e classificado só se materializava antes do prazo final do concurso caso fosse comprovado que a administração pública, dentro do prazo de validade do concurso, tiver utilizado subterfúgios para burlar a ordem de classificação do concurso, tais como a contratação por tempo determinado por excepcional interesse público ou a nomeação de cargo em comissão, ainda que em caráter precário, de servidor ou empregado para o exercício da mesma função para a qual foi deflagrado o concurso. Neste sentido:

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO CLASSIFICADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO.

1. Os aprovados em concurso público têm apenas expectativa de direito, em virtude da discricionariedade administrativa, submetendo a nomeação dos candidatos ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração, e não viola, destarte, os princípios da isonomia e legalidade. Não há, portanto, qualquer direito líquido e certo aos demais candidatos que, fora das vagas indicadas no edital, seguiram como suplentes na ordem de classificação do certame.

2. **Não restaram comprovadas as hipóteses excepcionais como, por exemplo, quando ocorre preterição na ordem de classificação dos candidatos, criação de novos concursos enquanto vigente o anterior, ou na hipótese de contratação de servidores precários para mesmas funções do cargo em que o concurso esteja em andamento.**

3. Ainda que novas vagas surjam no período de validade do concurso, - por criação de lei, ou mesmo por força de vacância -, o seu preenchimento está sujeito a juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no RMS 21362/SP, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2012, DJe 18/04/2012) - **[Destaque!]**

No mesmo sentido:

(AgRg no RMS 21.362/SP, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2012, DJe **18/04/2012**)

(AgRg no RMS 38.117/BA, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2012, REPDJe 04/03/2013, DJe **08/02/2013**)

(RMS 38.011/BA, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/03/2013, DJe **21/03/2013**)

(EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1131074/RJ, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe **22/03/2013**)

**ESSE FOI O POSICIONAMENTO PREDOMINANTE
ATÉ MEADOS DE MARÇO DE 2013**

Recentemente, porém, ao se interpretar as normas que disciplinam o procedimento de concurso para provimento de cargo público, se tem levado em consideração, além dos princípios da legalidade e da boa fé, o primado da **eficiência da administração pública**, cada vez mais em evidência em nossa sociedade, como demonstram os movimentos populares que tomaram as ruas do país ainda no ano passado, no sentido de que faziam parte da legítima expectativa dos candidatos aprovados em concurso público, **além das vagas originalmente previstas no edital, o provimento dos cargos que se tornarem vagos ao longo do prazo de vigência do concurso**, ou seja, os casos de **VACÂNCIA SUPERVENIENTE**.

Este entendimento, inaugurando com o julgamento paradigmático (*leading case*) do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 37882/AC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 14/02/2013, passou a considerar o direito subjetivo à nomeação **se, durante o prazo de validade do concurso, houver o surgimento de novas vagas**, seja em razão da criação de novos cargos mediante lei, seja em virtude de vacância decorrente de exoneração, demissão, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável ou falecimento.

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO DENTRO DO CADASTRO DE RESERVA PREVISTO EM EDITAL. ABERTURA DE NOVAS VAGAS NO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME. (...)

3. Entretanto, não obstante a inequívoca evolução jurisprudencial dos Tribunais Superiores sobre o tema concurso público, a questão que envolve o instituto do denominado "cadastro de reserva" e as inúmeras interpretações formuladas pelo Poder Público no tocante às nomeações dos candidatos, que tem permitido o efetivo desrespeito aos princípios que regem o concurso público, merecem ser reavaliadas no âmbito jurisprudencial.

4. A aprovação do candidato dentro do cadastro de reservas, ainda que fora do número de vagas inicialmente previstas no edital do concurso público, confere-lhe o direito subjetivo à nomeação para o respectivo cargo, se, durante o prazo de validade do concurso, houver o surgimento de novas vagas, seja em razão da criação de novos cargos mediante lei, seja em virtude de vacância decorrente de exoneração, demissão, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável ou falecimento. (RMS 37.882/AC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 14/02/2013) – [Destaquei]

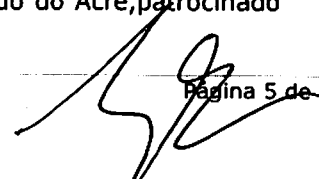
No mesmo sentido, colhe-se precedente do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO DENTRO DO CADASTRO DE RESERVA PREVISTO EM EDITAL. ABERTURA DE NOVAS VAGAS NO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME. **1. A aprovação do candidato dentro do cadastro de reservas, ainda que fora do número de vagas inicialmente previstas no edital do concurso público, confere-lhe o direito subjetivo à nomeação para o respectivo cargo, se, durante o prazo de validade do concurso, houver o surgimento de novas vagas, seja em razão da criação de novos cargos mediante lei, seja em virtude de vacância decorrente de exoneração, demissão, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável ou falecimento.** 2. A exceção a esta regra, desde que devidamente motivada pelo Poder Público e sujeita ao controle do Poder Judiciário, deve estar fundada nas características fixadas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral. Nesse sentido, se houver sido alcançado o limite prudencial de dispêndios com folha de pessoal, assim declarado este fato pelos órgãos de controle interno e externo respectivos da Administração, tudo em razão do que dispõe o art. 22, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar n. 101/2000. 3. Os Tribunais Superiores têm reconhecido direito à nomeação de candidatos aprovados em cadastro de reserva nos casos de surgimento de novas vagas. Precedentes: RMS 37882/AC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 14/02/2013; RE 581.113/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 31.5.2011; MS 18.570/DF, 1ª Seção, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 21/08/2012; DJe 29/05/2012; RMS 32105/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe 30/08/2010. 4. No caso concreto dos autos, o recorrente ficou colocado em 42º lugar (fl. 123) no concurso público para provimento do cargo em questão, que tinha 20 vagas, ou seja, foi aprovado fora do número de vagas previstas em edital. A Administração Pública, conforme seu critério de conveniência e oportunidade e observando a ordem de classificação, nomeou até o 41º candidato aprovado, dentro do prazo de validade do concurso (fl. 196). 5. Verifica-se, pela leitura das informações prestadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, que existem 138 Auditores da Receita Estadual na ativa, sendo 118 no cargo de Auditor da Receita Estadual e 20 no cargo de Auditor da Receita Estadual II. A Lei n. 2.265/2010 do Estado do Acre, que estabeleceu nova estrutura da carreira para os servidores públicos estaduais da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, fixou o quantitativo de 140 cargos para Auditor da Receita Estadual (Anexo XIII - fl. 90), ou seja, como estão preenchidos, conforme informação acima, 138 cargos, existem 2 vagas a serem supridas. 6. Ocorre que o recorrente foi aprovado, dentro do cadastro de reserva, na posição classificatória 42ª (quadragésimo segundo), ou seja, o 1ª que deve ser convocado, uma vez que o último a ser chamado foi o 41º (quadragésimo primeiro), conforme relatado na petição inicial e confirmado nas informações. Como visto acima, mesmo com a criação de novas vagas, há apenas 2 que não foram preenchidas. Dessa forma, obedecendo a ordem de classificação e preenchendo as duas vagas restantes, a colocação do candidato é atingida para sua convocação. 7. Recurso ordinário em mandado de segurança provido. (RMS 37882/AC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 14/02/2013) - **[Destaquei]**¹

Ressalte-se, por oportuno, que estes precedentes do STJ **têm sido confirmados pelo Supremo Tribunal Federal - STF**, conforme se depreende, no último caso referido, do julgamento monocrático ao RE interposto por uma candidata e do subsequente Agravo Regimental, vejamos:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO. CADASTRO DE RESERVA. NOVAS VAGAS: PERÍODO DE VALIDADE. **ACÓRDÃO RECORRIDO CONSOANTE À JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.** RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. (RE 779117/DF, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Julgamento: 03/12/2013, DJe-242 10/12/2013). - **[Destaquei]**

¹ A ação promovida versa sobre o concurso público para provimento do cargo de auditores da Receita Estadual do estado do Acre. Recorrente: Wanessa Brandão Silva. Procurador: Clemilson de Lima Gomes, Lucas Carvalho e Alessandro Callil de Castro. Recorrido: Estado do Acre, patrocinado pelo Procurador-Geral do Estado do Acre.



AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO EM CADASTRO RESERVA. **SURGIMENTO DE VAGA NO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO. DIREITO À NOMEAÇÃO.** AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (RE 779117 AgR, Relator(a): Min. CARMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 04/02/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-031 DIVULG 13-02-2014 PUBLIC 14-02-2014). - [**Destaquei**]

Tal entendimento já se revela claramente como tendência da jurisprudência e está albergado na melhor doutrina sobre a matéria, no sentido de compreender o concurso público como um ato administrativo cuja finalidade é o provimento de cargos públicos disponíveis, razão pela qual será **tanto mais eficiência quanto mais cargos prover**, inclusive os cargos que se forem tornando vagos ao longo da sua vigência, tendo em vista a necessidade de manter a qualidade e a continuidade do serviço público prestado.

O Supremo Tribunal Federal, como visto, também têm se posicionado no sentido de reconhecer o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em cadastro de reserva, ou seja, além do número de vagas inicialmente previsto, quando do surgimento de novas vagas em razão de vacância superveniente, decorrente de aposentadorias, cumulação indevida de cargo, exonerações etc, conforme ilustram os mais recentes precedentes:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. **CANDIDATOS APROVADOS FORA DO NÚMERO DE VAGAS. SURGIMENTO DE NOVAS VAGAS. DIREITO À NOMEAÇÃO.** ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES TRIBUNAL. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. 1. **O candidato aprovado no concurso, mesmo que em número excedente, no caso de surgimento de novas vagas durante a validade do certame, tem direito subjetivo à nomeação. Precedentes: RE nº 227.480, Relatora para o acórdão Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 21/8/2009, AI 820.065-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, AI 776.070-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes.** 2. A existência de vaga, quando aferido pelas instâncias ordinárias, não pode ser revisto pela E. Suprema Corte, em face da incidência da Súmula 279/STF que dispõe, verbis: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário". (...) 5. In casu, o acórdão recorrido assentou: "DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO QUADRO DE SERVIDORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - DESISTÊNCIA DE CANDIDATOS APROVADOS DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS - DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO DO CANDIDATO INICIALMENTE POSICIONADO ALÉM DO NÚMERO DE VAGAS - DIREITO LÍQUIDO E CERTO PRELIMINARES REJEITADAS - SEGURANÇA CONCEDIDA 4. MÉRITO - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, tem orientação de que a desistência dos candidatos convocados gera direito subjetivo à nomeação para os seguintes na ordem de classificação. Tendo o Impetrante se classificado na 6ª colocação, sendo provida apenas uma das vagas das três ofertadas, havendo, ainda, a desistência do 5º colocado, gerou para o Impetrante o direito líquido e certo à nomeação". 6. Agravo DESPROVIDO. (ARE 758579/BA, Rel. Min. LUIZ FUX, julgado em 30/10/2013, DJe 06/11/2013). - [**Destaquei**]

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282 DO STF. ADMINISTRATIVO. INVESTIDURA EM CARGO OU EMPREGO PÚBLICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. SUBMISSÃO À REGRA CONSTITUCIONAL DO CONCURSO PÚBLICO. **CANDIDATO QUE PASSA A FIGURAR DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. SURGIMENTO DE NOVAS VAGAS. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO.** AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - Ausência de prequestionamento dos arts. 2º e 173, § 1º, II, da Constituição. Incidência da Súmula 282 do STF. Ademais, a tardia alegação de ofensa ao texto constitucional, apenas deduzida em embargos de declaração, não supre o prequestionamento. Precedentes. II - A jurisprudência deste Tribunal é pacífica no sentido de que, para a investidura em cargo ou emprego público, as empresas públicas e as sociedades de economia mista se submetem à regra constitucional do concurso público, prevista no art. 37, II, da Lei Maior. Precedentes. III - O Plenário desta Corte, no julgamento do RE 598.099/MS, Rel. Min. Gilmar Mendes, firmou entendimento no sentido de que possui direito subjetivo à nomeação o candidato aprovado dentro do número de vagas previstas no edital de concurso público. IV - **O direito à nomeação também se estende ao candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital na hipótese em que surgirem novas vagas no prazo de validade do concurso. Precedentes.** V - **Agravo regimental a que se nega provimento.** (ARE 790897 AgR/RJ, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, Julgado em 25/02/2014, DJe-045, 07-03-2014). - [**Destaquei**]

DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. NOMEAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO. EXISTÊNCIA DE VAGAS PARA CARGO PÚBLICO COM LISTA DE APROVADOS EM CONCURSO VIGENTE: DIREITO ADQUIRIDO E EXPECTATIVA DE DIREITO. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. **RECUSA DA ADMINISTRAÇÃO EM PROVER CARGOS VAGOS: NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO.** ARTIGOS 37, INCISOS II E IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Os candidatos aprovados em concurso público têm direito subjetivo à nomeação para a posse que vier a ser dada nos cargos vagos existentes ou **nos que vierem a vagar no prazo de validade do concurso.** 2. **A recusa da Administração Pública em prover cargos vagos quando existentes candidatos aprovados em concurso público deve ser motivada, e esta motivação é suscetível de apreciação pelo Poder Judiciário.** 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento. (RE 227.480, Relatora para o acórdão Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJe de 21/8/2009) - **[Destaquei]**

Ainda, em sede de decisão monocrática no STF:

"(...) Com efeito, a colenda Primeira Turma desta Suprema Corte, ao julgar o RE 227.480/RJ, Red. p/ o acórdão Min. CÁRMEN LÚCIA, fixou entendimento que desautoriza a pretensão de direito material deduzida pela parte ora recorrente: "DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. NOMEAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO. EXISTÊNCIA DE VAGAS PARA CARGO PÚBLICO COM LISTA DE APROVADOS EM CONCURSO VIGENTE: DIREITO ADQUIRIDO E EXPECTATIVA DE DIREITO. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. RECUSA DA ADMINISTRAÇÃO EM PROVER CARGOS VAGOS: NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO. ARTIGOS 37, INCISOS II E IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Os candidatos aprovados em concurso público têm direito subjetivo à nomeação para a posse que vier a ser dada nos cargos vagos existentes ou nos que vierem a vagar no prazo de validade do concurso. 2. A recusa da Administração Pública em prover cargos vagos quando existentes candidatos aprovados em concurso público deve ser motivada, e esta motivação é suscetível de apreciação pelo Poder Judiciário. 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento." Impõe-se reconhecer, por necessário, que esse entendimento vem sendo observado em sucessivos julgamentos, proferidos no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a propósito de questões assemelhadas à que ora se examina nesta sede recursal (RE 722.820/AL, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA - RE 782.637/PB, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, v.g.). **O exame da presente causa evidencia que o acórdão ora impugnado ajusta-se à diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte firmou na matéria em referência. Sendo assim, e considerando as razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para negar-lhe provimento.** Publique-se. Brasília, 06 de fevereiro de 2014. Ministro CELSO DE MELLO Relator" (RE 754093, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, julgado em 06/02/2014, DJe-033 - 18/02/2014) - **[Destaquei]**

No mesmo sentido, colhem-se os seguintes precedentes, todos recentes, do Supremo Tribunal Federal:

RE 800303/BA, Relator Min. LUIZ FUX, Julgado em 31/03/2014, Primeira Turma, DJe 03/04/2014.

RE 734475 / DF, Relatora para o acórdão Min. LUIZ FUX, julgado em 28/11/2013, DJe de 03/12/2013.

RE 779117/DF, Relatora Min. CÁRMEN LÚCIA, Julgado em 03/12/2013, DJe 10/12/2013.

ARE 742752/MG, Relator Min. LUIZ FUX, Julgado em 09/09/2013, Primeira Turma, DJe 13/09/2013.

ARE 730503/DF, Relator Min. LUIZ FUX, Julgado em 09/09/2013, Primeira Turma, DJe 13/09/2013.

RE 722.820/AL, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Julgamento: 01/02/2013, DJe-026 07/02/2013.

RE 782.637/PB, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Julgamento em 27/11/2013, DJe-237 - 03/12/2013

A *contrariu sensu*, o concurso público que provê exclusivamente o número de vagas inicialmente previsto no edital, deixando de prover as vagas decorrentes de aposentadoria, exonerações, óbitos etc, tornaria necessário a deflagração de um novo certame em curto espaço de tempo, o que é anti-econômico e ineficiente, em violação ao *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Além de tem ganhado força no Superior Tribunal de Justiça e representar definitivamente a tendência atual do Supremo Tribunal Federal, o entendimento ora adotado repercute a expectativa social na moralidade e na eficiência da gestão pública, reforçando a legitimidade das instituições jurisdicionais.

Vislumbro também que deixar à inteira e livre escolha do administrador se nomeia ou não os candidatos excedentes cujas vagas supervenientes vierem a ocorrer infringe o princípio da impessoalidade pois pode ocasionar que o gestor tenha alguma animosidade com o candidato ou parentes do mesmo e não queira a sua nomeação.

Diante do exposto, voto para **CONCEDER A SEGURANÇA** pleiteada, no sentido de que a impetrante seja nomeada para o cargo de técnica educacional do quadro permanente do sistema público de educação do Estado de Pernambuco, com lotação originária na cidade de Petrolândia/PE, com efeitos retroativos ao último dia de prazo de validade de concurso, ou seja, 18/02/2013, prejudicado o AGRADO REGIMENTAL.

Registro que esta decisão difere dos fundamentos esposados pelo Relator, por entender que, independentemente da ocorrência ou não de contratação em caráter temporário para o exercício da função, resta caracterizado o direito público subjetivo, líquido e certo, do candidato aprovado no certame à nomeação para o cargo pretendido, em face das vagas supervenientes que surgirem durante o prazo de validade do concurso, a não ser em casos excepcionais, os quais devem ser devidamente fundamentados pela autoridade administrativa.

É como voto.

Recife, 28 de  de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador

fwsd



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

CORTE ESPECIAL

31.03.2014

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 306959-8

IMPETRANTE: SOLANGE MARIA DE SÁ SOUZA

IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

RELATÓRIO CONSTA NAS FLS. 91/91v. DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR

PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA CONSTA NAS FLS. 95/96 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

O Relator rejeita a preliminar de litispendência porque o polo passivo não é o mesmo.

Está em discussão.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Muito embora o polo passivo não seja o mesmo, mas o fundamento do pedido é o mesmo; podem sobreviver duas ações que trata do mesmo objeto, que pode uma entrar em conflito com a outra.

Em tese, pensaria realmente que a legitimidade passiva seria do Governador. Mas, sabe-se lá se a outra ultrapassou essa preliminar.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

A preocupação de Vossa Excelência, realmente, pertine; mas, se essa Corte compreender, como o eminente Des. Relator, que a legitimidade para figurar no polo passivo é efetivamente do Exmo. Sr. Governador do Estado de PE., o processo outro referido pela relatoria haverá de ser extinto sem exame de mérito. A decisão que se adotar aqui deverá ser comunicada pra fins de decreto de extinção do processo.

Não se sabe todavia a quantas anda esse outro processo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Era essa conclusão que ia chegar – de como anda esse processo. Por isso que eu disse – sabe-se lá se essa questão foi ultrapassada, de legitimidade do Sec. de Educação ou da Administração. A quanto anda o outro processo, porque aí vão subexistir duas ações com o mesmo objeto.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

E uma delas tramitando perante um órgão absolutamente incompetente. Se nós concluirmos aqui que a legitimidade é do Governador; então, a Corte tem competência. O outro mandado de segurança tramita também perante a Corte?

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Não.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

Ele citou em matéria de defesa que existia o outro na preliminar, mas não consta.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

A preocupação do Des. Agenor Ferreira, na minha opinião, é de todo pertinente porque existem dois pedidos idênticos, formulados pela mesma parte autora. Sendo certo que, em um, o polo passivo está integrado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado e, em outro, está integrado não sei se o Secretario.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

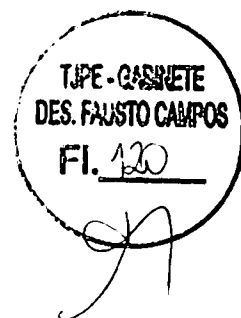
O que for contra o Secretario deve está na Vara da Fazenda.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

É competência do Grupo de Câmaras, mandado de segurança contra Secretario de Estado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Porque há repetição de ação. A questão é ...

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

Mas, os três elementos é que não estão presentes, estão presentes dois. Há uma diferença da parte que figura no polo passivo, mas, o pedido é o mesmo; o fundamento de fato e de direito é o mesmo. Então, seria interessante nós sabermos como anda a outra demanda que está a tramitar perante o Grupo de Câmaras.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Ou então, Sr. Presidente, como se antecipou Vossa Excelência, em nós aqui reconhecendo a competência do Governador de Estado, a legitimidade dele, automaticamente estaríamos, vamos dizer assim, indo afetar a outra ação.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

E se a outra ação que tramita no Grupo já foi julgada? É uma questão interessante.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Presidente.

A exigência da tríplice identidade se considerarmos o Secretário e o Estado, há essa tríplice identidade. Vendo o Secretário como o Estado, pode.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

Pode ser. Mas só que quem tem legitimidade para o ato é o Governador de Estado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

O que essa Corte tem que saber é se o Governador é legitimado passivamente para o mandado de segurança.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Só quem nomeia o servidor público, em razão de concurso público, é o Governador do Estado.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

Então, é isso que temos que saber.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

Então, a legitimidade é do Governador do Estado, a competência é da Corte Especial.

Continuo achando que se nós julgarmos esse processo aqui, esse julgamento estará a produzir efeitos em ordem a permitir que o Grupo de Câmaras extinga o processo que está tramitando lá.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

Reconhecer e, como diligência, comunicar ao Grupo de Câmaras que foi reconhecida a legitimidade passiva do Governador em relação a idêntico pedido lá feito contra o Secretario de Estado.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

Não tenha dúvida, desembargador. Agradeço a intervenção de Vossa Excelência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Presidente.

Foi justamente essa a preocupação. Então, penso que em nós aqui reconhecendo a legitimidade do Governador, fatalmente a de lá está fadada a extinção e, aí, não há que se falar em litispendência, porque se não ficaria a parte sem direito algum. Aqui se admite a litispendência e quando chega lá se alega a ilegitimidade.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

Desembargador Agenor, o Des. Relator, me parece, estou aqui pensando alto, que está a direcionar, a encaminhar, o voto de forma correta, porque se nós, eventualmente, acolhêssemos a preliminar de litispendência, a consequência inarredável seria a da extinção do processo que tramita aqui, órgão competente. Mas só que em se extinguindo o processo daqui, ficaria o processo de lá a tramitar perante um órgão que não tem competência. Porque quem tem legitimidade, como disse o Des. Pereira de Lira, é o Governador do Estado, para praticar o ato.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO ALVES

Ainda tem mais, o Relator já determinou em junho do ano passado que o Governador nomeasse a impetrante para o cargo de Técnica Industrial de Petrolândia. Ela já está nomeada pelo Governador por força de liminar de Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

Alguma divergência com relação ao voto encaminhado pelo Relator.

Colho votos.

OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO, AGENOR FERREIRA, EURICO DE BARROS, GUSTAVO LIMA, LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, LEOPOLDO RAPOSO, EDUARDO PAURÁ, FERNANDO FERREIRA, JOVALDO NUNES, BARTOLOMEU BUENO, JOSÉ FERNANDES E JONES FIGUEIRÊDO VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO:

"UNANIMEMENTE, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA".

VOTO DE MÉRITO CONSTA NAS FLS. 97/99 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

O voto do Relator é concedendo a segurança, prejudicado o Agravo Interno.

Em discussão.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Gostaria de saber do eminente Relator se há cargos disponíveis a nomeação para Petrolândia?

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

Sim, para Petrolândia, no polo que ela fez.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Então, há cargos.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

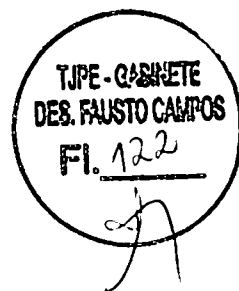
Tanto que foram contratados temporários.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Sim, mas o temporário não é para cargo, é para função e é temporário. A pergunta é se há cargos efetivos para o concurso que ela fez e para Petrolândia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

Sim.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Estou satisfeito.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES

Quantos cargos têm criados por lei. Cargos, não estou me referindo a função. Quantos cargos a lei disponibilizou para aquele polo e quantos foram nomeados? Porque se tem cargo, foram nomeados alguns.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

Petrolândia – pedagoga Paula Francinete.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO ALVES

Presidente.

A candidata passou em oitavo lugar e eram sete vagas oferecidas sendo que a primeira colocada não assumiu.

DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA

Ela assumiu e foi exonerada.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO ALVES

Assumiu e foi exonerada.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Assumiu e foi exonerada. É diferente. O cargo foi provido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA

Quero crer, Presidente, permitindo-me intervenção, pelo raciocínio do voto do relator, teria direito liquido e certo a impetrante em razão de que, em primeiro lugar, por ter sido exonerada uma das candidatas que lograram preencher os sete cargos. Eram sete. Então, ela a oitava colocada entende que tendo sido exonerada aquela que foi nomeada e tomou posse, abriu uma vaga. Em segundo lugar, porque o Estado, ao depois, efetuou a contratação temporária de professores para Petrolândia.

Parece ser esse o fundamento do voto do relator.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

Exatamente.

DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA

Mas do concurso eram somente sete vagas e elas foram preenchidas. Ela não logrou aprovação dentro do número de vagas do Edital.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Foi aprovada fora do número de vagas. A única vaga que surgiu supervenientemente foi da candidata que foi aprovada em primeiro lugar, mas é uma candidata que tomou posse. Foi nomeada, tomou posse, entrou em exercício e depois pediu exoneração.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES

Ela é a próxima?

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Ela foi a candidata aprovada em oitavo lugar. Mas a candidata que foi nomeada, tomou posse e entrou em exercício e pediu exoneração, isso, não obriga o Estado a nomear.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA

É uma vaga superveniente.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Agora, algo que já se discutiu aqui e já se acentou de um voto muito bem lançado do Des. José Fernandes, é que para demonstrar a preterição do direito do impetrante a partir da nomeação, do recrutamento de servidores temporários, há que o impetrante indicar a existência de cargo vago; criado por lei e vago. O que não é a hipótese ora em discussão.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES

Presidente.

Desembargador Fausto, a vaga surgiu durante a validade do concurso.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

Sim, durante a validade do concurso.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES

As contratações temporárias foram feitas depois da realização do concurso, depois da existência dessa vaga.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

Depois da existência dessa vaga.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES

A indicar a necessidade de professor.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

Exatamente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA

A questão, Des. Paurá, é que não parece existir cargo, a não ser aquela vaga superveniente, que poderia ter outra até em razão de falecimento. Eram sete cargos...

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES

Isso eu entendi.

DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA

Eram sete cargos, todos foram preenchidos; ao lado disso, a Administração, raciocínio do voto que o Des. Jorge Américo defendeu ...

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES

A impetrante passou em oitavo lugar, não é isso?

DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA

É. Mas o raciocínio do Des. José Fernandes é o de que a contratação temporária de professores ao lado daqueles sete cargos existentes por lei, não gera direito líquido e certo para aquele que tenha sido aprovado em concurso ainda em validade.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES

Não é bem essa a Jurisprudência dos Tribunais Superiores, não.

DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA

Não, não estou discutindo isso, estou dizendo o raciocínio do Des. José Fernandes que já acostado na Corte.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES

A questão é que o concurso está no prazo de validade, ela passou no oitavo lugar e uma das sete vagas anteriores ocupadas, vagou na validade do concurso. Não é isso?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

Exatamente.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES

E a contratação de professores temporários indica a necessidade do serviço. Isso é pacífico. Se há necessidade e tem um cargo vago e está no prazo de validade do concurso, não vejo porque se criar obstáculo. Mas, aguardo o momento da votação.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES (PRESIDENTE)

Não sei se seria o caso de lembrar que as administrações, gestões, do Tribunal vem nomeando candidatos aprovados em concurso quando se dá a vacância a pedido de exoneração do servidor.

O Des. Jovaldo fez,; o Des. José Fernandes não sei se fez e eu estou fazendo. Quando o servidor pede exoneração; exonera e já vem o próximo na ordem para nomeação.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Sim, mas houve posse, Des. Presidente, que, aqui, quando nós precisamos prover os cargos do interior só nomeamos o pessoal da capital e aqueles cargos que vagaram, nós não nomeamos com pessoas além do edital. Por quê? Porque encaminhamos projeto de lei transformando em cargos para o Sertão, porque, naquele momento, a Administração tinha interesse em prover cargos no Sertão.

Então, há situações que só o fato de existir o cargo não quer dizer que haja esse direito líquido e certo, sobretudo quando o candidato tenha passado fora das vagas ofertadas. O Tribunal de Pernambuco teve situações práticas dessa ordem.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO

Presidente.

A questão que está em jogo é: é direito líquido e certo ou é questão de conveniência e oportunidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO ALVES

Nesse processo, a particularidade é que o edital ofertava sete vagas porque assim a Administração entendeu precisar e prover sete vagas.

A primeira colocada assumiu e pediu exoneração, o que significa dizer que só seis vagas das sete oferecidas estavam efetivamente providas, a oitava automaticamente se habilitava a esse suprimento porque o edital previa ou pretendia prover ou criar e prover sete vagas. Essa é a particularidade.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES

Ainda mais, Des. Jones, o Estado contratou temporariamente porque havia necessidade.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES

Exatamente Des. Paurá, a conveniência da Administração está manifesta na medida em que ela contrata servidor para mesma função ou cargo.

Então, aí, a Administração já manifestou a sua necessidade e aí surgiu, sim, o direito líquido e certo. A Administração pode dizer: eu não preencho nem por contratação, nem por nomeação. Até aí ela tem o direito, mas, na medida em que ela tem o cargo, fez o concurso e não quer preencher aquele cargo, mas recruta pessoas para a mesma função dentro do polo, temporário; acho que a Administração não está tão assim com liberdade para que situações como essa ocorram. Tem limite essa manifestação de conveniência. E ela manifestou a conveniência e a oportunidade e a necessidade.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

Exatamente, Des. Jovaldo. Veja nem o argumento do Des. José Fernandes que poderia a Administração querer criar ou transformar esse cargo lá para o interior, não tinha, porque contratou o temporário para aquele cargo, para aquela vaga.

DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
(PRESIDENTE)

Passo a colher votos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Presidente.

Extraio do voto do Min. Gilmar Mendes no julgamento proferido no REsp nº 598099 sobre a natureza de repercussão geral, a passagem seguinte por ser bastante significativa: *"o que não se tem admitido é obrigação da Administração Pública de nomear candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital, simplesmente pelo surgimento de vaga seja por nova lei, seja por decorrência de vacância. Com efeito, proceder dessa forma seria engessar a Administração Pública que perderia sua discricionariedade quanto melhor a locação das vagas, inclusive quanto eventual necessidade de transformação ou extinção dos cargos públicos"*.

Portanto, se houvesse a não assunção ou a desistência do candidato aprovado a vacância teria se dado em razão mesmo do edital, em razão mesmo do concurso. Aí, sim, a Administração era obrigada a nomear, a prover o cargo ofertado no edital. Mas, no caso sob julgamento a vacância é superveniente, o Estado se desincumbiu de sua obrigação, nomeou os seis. A candidata foi nomeada, empossada, entrou em exercício e depois pediu exoneração. O Estado não está mais obrigado a prover este cargo, ele pode transformá-lo, ele pode extingui-lo, fazer aquilo que melhor lhe aprover.

A candidata aprovada fora do número de vagas, não tem direito adquirido a nomeação, por isso, pedindo vênia ao eminente Relator voto pela denegação da segurança na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal no recurso em sede de repercussão geral.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Presidente.

Peço vênia ao eminente Des. Jorge Américo e quem pensa em igualdade com a sua posição.

Entendo que o direito líquido e certo é patente. Nós sabemos o quanto difícil são os candidatos que se submetem a concurso, a trajetória é longa e árdua e a expectativa muito grande. Na minha ótica a jurisprudência é uníssona em existindo vaga, o candidato aprovado fora do número de vagas, tem direito, sim. Do contrário, pra que se prorrogar o concurso. Se prorroga para não ter valor. Se prorroga o concurso para aqueles que estão fora do número de vagas e deixa a critério da Administração, a conveniência da Administração - vou extinguir esse cargo - principalmente num caso em que o edital proclamou a existência de sete vagas. No entendimento do Des. Jorge Américo, se não tivesse assumido a Administração estaria obrigada, mas, se assumiu e pediu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

exoneração ainda no prazo de validade do concurso, não existe vaga. Não, a vaga agora deixa de ser dos concursados e passa a ser só da Administração.

Eu não penso dessa forma, penso que ainda, no caso concreto, há um agravante contra o Estado, que eu dispensaria, que foi a contratação de temporário. Aí vem mostrar a necessidade do Estado. Bastaria, na minha ótica, de se dar a vaga ainda no prazo de validade do concurso, a comprovação pelo impetrante, que está demonstrada pela exoneração do primeiro lugar, de forma que, realmente encontro direito líquido e certo em favor da impetrante e acompanho o voto do Relator.

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS

Essa matéria eu preciso desmistificar o problema, a tese com a devida vênia do Des. Jorge Américo, que tem repercussão geral pelo julgado do Min. Gilmar Mendes. Já me debati, me debrucei sobre a matéria e fui vencido aqui varias vezes. Não é bem assim.

A extensão da decisão do Min. Gilmar Mendes não vai até aí. Foi um caso, me perdoe, está sendo deturpado, estendendo a essa hipótese. Na verdade, o Estado tem um precedente aqui desta própria Corte de Justiça o qual o Ministro do STJ, min. Mauro Campbell determinou que fossem nomeados 10 técnicos judiciários por superveniência de vaga.

Tenho que apenas na linha do voto do Des. Fausto dizer que o que vigora é o seguinte: é irrelevante para mim e é relevante para a tese a questão que está contratando servidor. O que tem relevância é que, é lógico que não é direito absoluto, líquido e certo no sentido da nomeação. A Administração Pública pode no ano seguinte vierem supervenientes vagas e ele não ter mais orçamento para nomear, ou qualquer outro motivo relevante. Ele justificando está garantido o direito de nomear, mas, sem justificativa não pode independentemente de está contratando ou não.

Vou pedir vista desse processo porque vou fazer um trabalho sobre isso, porque quase a maioria do STJ tem votado essa matéria com frequência e a vertente é outra, apenas com essa filigrana, que não é, data vênia, o entendimento do Des. Jorge Américo e aquele voto que é paradigma de uma situação que não é extensiva, não se estende a essa hipótese.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Vou antecipar porque já está pacificado, peço vênia ao Des. Eurico de Barros, poderei até refluir, se for o caso, se o voto for divergente, mas, acompanho o relator porque entendo na hipótese, a ocorrência do direito líquido e certo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



Acompanho o Relator.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO

Pretendo antecipar porque tenho posição pra lá de firmada sobre a matéria.

Não existe, penso eu, com a devida vênia do Des. Eurico de Barros, nada a desmistificar. Existe um processo, existe um regimento do Supremo Tribunal que lá está denominado de repercussão geral porque assim foi deliberado para os demais pleitos repetitivos que ali chegavam, é o número 598099 e o Min. Gilmar Mendes, com o voto condutor, foi explícito. O Des. Jorge Américo leu o trecho digamos mais significativo que a questão traz para a causa em julgamento.

Parece-me que nós estamos, com a devida vênia, respeito a posição divergente, agindo no campo da conveniência e oportunidade. Parece que não é muito conveniente para a Administração Pública ter lançado um concurso dizendo que tem sete vagas, uma toma posse e depois pede exoneração; o que é circunstancia diferente se ela tivesse perdido o prazo ou se tivesse explicitamente renunciado a sua nomeação. Não foi isso que aconteceu. Claro que involuntariamente, mas a formula que ela agiu repercutiu diretamente na vida dos outros concursandos e, em especial, dessa cidadã, ora impetrante.

Mas ao repercutir diretamente a questão está em a matéria é conveniência e oportunidade, não parece ser conveniente a Administração Pública, se diz que precisava de sete é porque existiam sete vagas; se só vai ter sete vai lhe criar teoricamente problema. Só que na hora da administração da coisa pública, do orçamento, das prioridades, das prerrogativas isso é exclusivo do gestor, não cabe ao Poder Judiciário se imiscuir nesta matéria. E em sendo competência do gestor, a questão, embora aparente ser inconveniente gera direito líquido e certo para quem esteve fora do número de vagas ofertados ao certame. Direito líquido e certo, não.

Lamento pela impetrante e lamento porque para mim acho, e acho não é matéria de julgamento, que não é muito boa a escolha da Administração em não nomear, mas é um mero achômetro. Do ponto de vista puramente da circunstância jurídica, penso eu de que adiantaria sair se levando caso a caso, porque a matéria ao chegar ao Supremo Tribunal, em sede de repercussão geral, já está decidida que não tem direito líquido e certo.

Vou mais além, esta mesma lógica já foi votada várias vezes nessa Corte e várias vezes predominou esse entendimento; não estou a entender porque, de repente, voltasse a um pensamento pretérito, mas ainda, se volta à argumentação do Min. Mauro Campbell do STJ, por sinal, num caso que repercutiu em Pernambuco, onde a matéria foi debatida *ad nauseam* para mostrar e demonstrar que não aplicável ao caso concreto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

É por esta razão Des. Fausto Campos e aos que entendem contrário, que, mesmo sendo doloroso o voto, porque vejo que é terrível para a impetrante, mas direito líquido e certo ela não tem e, como não tem, eu denego a segurança, acompanho o voto dissidente inaugural que foi do Des. Jorge Américo.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO

Senhor Presidente.

A Administração fez publicar edital com a finalidade de selecionar e promover a nomeação de sete cargos para função de professor. Aquele candidato que logrou o primeiro lugar assumiu e pediu exoneração ainda na validade do concurso. A impetrante não logrando êxito na orbita administrativa ajuizou ação mandamental pretendendo a sua nomeação em que pese ter obtido colocação além das vagas disponibilizadas no edital. Resta saber se a impetrante ostenta direito líquido e certo ao argumento de que estaria ela pleiteando aquele cargo decorrente da exoneração.

Entendo, senhor Presidente, que a partir do momento em que a Administração prorroga a validade do edital considerando ainda que a Administração realizou contratação temporária, entendo que converte-se em direito líquido e certo a pretensão da impetrante; até porque seria um paradoxo.

Ora, porque a Administração, como fez referência o Des. Agenor, por que a Administração prorrogou a validade do concurso. Indago ainda por que a Administração realizou, celebrou o contrato para preencher aquela função de professor sem que tenha havido qualquer justificativa por parte da Administração. No que diz respeito, por exemplo, a extinção do cargo por conveniência da Administração ou por motivo orçamentário, não vejo razão para que não possa a impetrante ocupar aquele cargo em decorrência da exoneração do candidato que logrou o primeiro lugar.

Razão pela qual acompanho o Relator.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES

Presidente.

Também adianto o meu voto e o faço acompanhando o Relator, até porque entendo que há direito líquido e certo, sim, pois a Administração ofertou sete cargos; foram preenchidos; um deles veio a vagar; a candidata que passou em oitavo lugar passou a ser um dos sete depois da vacância. E aí, Presidente, entendo que a partir desse momento ela passou a ter direito líquido e certo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



aliado ao fato de que a Administração contratou temporariamente um número não sei de quantos de professores temporários o que caracteriza a necessidade do serviço. E entre a necessidade, Presidente, de um temporário e de um concursado, eu prefiro a Constituição que diz que todo serviço deve ser exercido por profissionais concursados.

E, agora, Presidente, fiquei a indagar comigo mesmo, aqui: concurso; edital normalmente estabelece que são ofertadas quantas vagas estejam disponíveis e mais aquelas que vierem a vagar durante a validade do concurso. Pra que validade de concurso de dois anos renovável por mais dois, quatro anos após o preenchimento de vagas? Então deveria o edital dizer simplesmente: a validade do concurso limita-se a ocupação das vagas; ocupadas as vagas, acabou se a validade do concurso. Nem o Tribunal poderia está nomeado juízes depois da validade do concurso, depois do preenchimento das vagas.

Penso que tem direito líquido e certo sim, não vejo repercussão geral e acompanho o voto do Relator e aqueles que me antecederam no mesmo sentido com a s exposições já feitas.

DESEMBARGADOR FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA

Presidente.

Com todo respeito aos que entendem de modo contrário; mas, o Supremo, por unanimidade, não foi o ministro Gilmar Mendes, não, foi o Pleno do Supremo Tribunal Federal que numa hipótese parelha em sede sim de repercussão geral porque o plenário virtual já havia selecionado o paradigma e a hipótese é a mesma, o Supremo decretou e transitou em julgado, que não há direito líquido e certo de candidato aprovado em número excedente de vagas daquele previsto no edital.

Esse é o princípio. Não há direito líquido e certo.

Com todo respeito estamos a especular o porquê da prorrogação da validade do concurso.

Ora, parece óbvio; porque fica a descrição do Executivo o aproveitamento daqueles candidatos já aprovados se o quiser. Mas, a contrapartida o Supremo disse - não é verdadeira. A candidata que passou em oitavo lugar, com todo respeito, repito, a quem entende de modo contrário, não passa a ser a sétima colocada pelo fato de que uma das sete colocadas ter preenchido o cargo e ao depois ter pedido exoneração, ter ido a óbito ou ter sido transferida. Não. Ela continua sendo a candidata colocada em oitavo lugar e o edital só previa sete vagas. As sete vagas por ato complexo, vale dizer, nomeação, posse e entrada em exercício, foram preenchidas. Não há, segundo o Supremo Tribunal Federal e respeito quem entende de modo contrário a independência de cada um, é o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

sentimento de cada um, mas o intérprete maior da Constituição, por unanimidade, já disse – não há falar em direito líquido e certo.

Por isso que, pedindo vênia, não tenho nenhuma dúvida, não há nenhuma possibilidade, a não ser que o Supremo reforme, não tem previsão pra isso, acompanho o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que não há falar em direito líquido e certo no caso concreto. Peço vênia, mas acompanho a dissidência.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES

Presidente.

No caso posto faço uma distinção: a decisão do Supremo Tribunal Federal está absolutamente certa. Absolutamente certa. A vaga, a sétima no caso, o gestor público poderia extinguir, transformar, não preencher. Poderia. E o Supremo disse isso, que a Administração não está obrigada só por isso, no caso de uma vaga decorrente de uma desistência ou de outro motivo qualquer, só por isso o direito líquido e certo do oitavo, no caso, não surgiria.

Mas, Presidente, a Administração demonstrou que orçamento tem para sete; conveniência existe porque ela está contratando pessoas por outra forma para fazer aquele mesmo serviço; oportunidade existe. Então, nesses casos, entendo que a Administração está sim obrigada porque tem orçamento, ela manifestou a conveniência pelo trabalho a ser realizado; manifestou a oportunidade na medida em que contratou pessoas para fazer aquele serviço e não preencheu o cargo. A discricionariedade da Administração não chega a tanto.

De forma que pedindo vênia ao eminente Des. Jorge Américo, que iniciou a divergência, voto pela concessão da segurança nos termos do voto do eminente Relator fazendo a ressalva de que poderei evoluir ou modificar a minha posição após o voto vista do eminente Des. Eurico de Barros.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

Presidente.

Estava bastante convencido para acompanhar o relator, mas depois do voto do Des. Jorge Américo fazendo referência a repercussão geral e apesar do voto esclarecedor, aqui, do Des. Fernando Ferreira eu ainda não estou é convencido se a hipótese concreta que estamos julgando está na moldura da repercussão geral.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



Por uma questão de conforto pessoal, não quero descumprir uma decisão do Supremo numa repercussão geral como Tribunal inferior, por isso peço vista, em sucessivo, por uma questão de conforto pessoal meu. Acho que não está na moldura da repercussão geral, esse caso concreto, porque aqui não havia simplesmente a vaga e a Administração não nomeou. Já aqui havia a vaga e a Administração contratou alguém para exercer aquela função demonstrando a necessidade. Agora, se tem a vaga, é nomeado os sete das vagas prevista no edital, um dos candidatos depois de nomeado pede exoneração ou demissão ou o nome que se queira dar a isso, e a Administração se queda e não nomeia ninguém, não contrata ninguém para aquele cargo porque amanhã ou depois vai ver a conveniência ou de contratar, de nomear ou de aproveitar os candidatos remanescentes ou transformar aquele cargo para outra região, isso daí não foi feito. Por isso quero dar uma examinada melhor, embora já tenha uma maioria.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Encaminho meu voto acompanhando a divergência instalada pelo Des. Jorge Américo, pedindo vênias ao Relator e com a ressalva de que poderei evoluir.

A orientação da Suprema Corte é exatamente no sentido em que votou o Des. Jorge Américo.

O Superior Tribunal de Justiça também tem posição semelhante quando destaca em um dos seus julgamentos que: "ainda que sejam criados novos cargos durante a validade do concurso, a Administração Pública não poderá ser compelida a nomear candidato aprovado fora do número de vagas oferecidas no edital de abertura do certame".

Inclusive faz referência ao julgado do Min. Mauro Campbell Marques julgado em 04.04.2003, no Recurso de Mandado de Segurança nº 37700- RO.

Então, a hipótese parece-me exatamente essa: a Administração se desincumbiu na medida em que cumpriu o que foi previsto no edital – fez a nomeação dos sete professores. Se essa vaga deu-se posteriormente tem que ficar a critério da Administração se há ou não conveniência nesse momento para prover. O fato ou circunstância de nomear profissionais, esses profissionais são nomeados temporariamente e não são nomeados para cargos, eles são para ocupar função. Na antepenúltima sessão do Tribunal Regional Eleitoral nós prorrogamos um concurso público de técnico judiciário e analista. O Diretor foi a Brasília, então, nós conseguimos no orçamento uma dotação orçamentária específica para prover 16 cargos. Então, o Tribunal Superior Eleitoral liberou no orçamento, o que eles chamam de decreto legislativo, o valor dessa verba, o que significa dizer – tem mais candidatos aprovados naquele concurso? - Sim. Ele pode provar isso? - Sim, basta pegar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

o quadro que se vê os cargos. Mas é possível nomear? – Não. Porque se eu fizer a nomeação fora daquele prazo, fora daquele limite que o TSE liberou a dotação orçamentária, eu poderei até fazer, mas no fim do mês o contracheque dele não virá porque o Diretor Financeiro vai dizer – não tem verba para o pagamento desse cargo.

Aqui a Administração não fez essa nomeação é porque poderá até, em tese, ela precisar de uma remoção se esse cargo antes de eu oferecer eu vou abrir para remoção como também acontece no TRE quando alguém argumenta que está vago o cargo na zona tal; mas a Administração vai fazer um concurso de remoção ou promoção.

Então, só a existência do cargo, a prova da existência que é o cargo, que ele está vago, me parece que não encerra dizer que há direito líquido e certo por essa única circunstância.

Portanto, com essas considerações encaminho e filio-me, renovando as vênias, com a divergência.

DESEMBARGADOR JONES FIGUEIRÊDO ALVES

Presidente.

Permita-me pontuar duas vênias: a primeira ao eminente Des. Eurico, que pediu vista dos autos, para adiantar o meu voto a consideração de que na próxima segunda-feira estarei ingressando em férias de escala; e a segunda ao Des. Jorge Américo por pontuar a divergência instalada ao voto do Relator.

Socorro-me em primeiro quanto as colocações do eminente Des. Paurá Peres e, ao depois, ao Des. Jovaldo Nunes. Estou com a leitura do acórdão na Repercussão Geral nº 598099, para extrair do conteúdo deste julgado a sua correta latitude e não superá-lo, mas, trazer um viés também condicional.

A inquirição que faço é a seguinte: uma vez publicado edital de concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria apenas um direito de nomeação a própria Administração e, portanto um direito a nomeação pelo candidato aprovado nesse número de vagas? Ou também é a oportunizar abertura do quantitativo de vagas o provimento dessas vagas no certame que é feito e dilatado por mais dois anos?

Parece-me que a latitude do REsp 598099 em repercussão geral, tenha discutido o princípio da moralidade administrativa, que também é princípio constitucional, pode a Administração oferecer em edital mobilizando um número imenso de candidatos ao certame para ao depois manter o provimento de apenas seis vagas e não sete? Se assim ofereceu sete vagas, a questão é



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

saber se essas vagas oferecidas no certame vinculam-se direta e exclusivamente aqueles candidatos que foram aprovados na ordem de classificação, as sete vagas oferecidas ou se, ao contrário, há um poder dever da Administração em prover as vagas oferecidas em concurso público, porque do contrário esta vaga estaria sem razão de ser, o cargo estaria sem razão de ser, por conveniência da Administração, o caso, então, seria de extinguir o cargo. Mas, deixar o cargo improvido por exoneração daquele titular que o proveu originariamente, dentro da validade do mesmo concurso que ofereceu sete vagas, arranha o princípio da moralidade administrativa e está questão não foi objeto do estudo da repercussão geral pois existe um outro comando constitucional que deve ser observado. A Administração no seu poder/dever, dizia o Des. Jovaldo, tem uma discricionariedade absoluta a ponto de abrir um concurso e essas vagas não serem, ao depois, mantidas em seu provimento.

Então, parece-me que há uma questão nova a ser analisada com maior pertinência, com maior percuciência.

Para além do dever de nomeação que a Administração Pública terá em relação aos candidatos, há também um dever de provimento das vagas que foram oferecidas em concurso e no caso aqui em exame é uma das concorrentes que, em assumindo a vaga, veio depois pedir exoneração tornando essa vaga existente; vaga essa para cargo que foi exatamente colocado em oferecimento público. O princípio da moralidade administrativa obrigaria a Administração ter as suas amarras, porque o princípio da discricionariedade não pode chegar também a esse nível de entendimento.

Peço vênia, acompanho o Relator.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

Presidente.

Depois do voto do Des. Jones Figueirêdo e de posse de um acórdão do Min. Fux, que me foi repassado pelos colegas de bancada, exatamente nesse sentido agora declinado pelo Des. Jones e lendo aqui também um acórdão do Min. Gilmar Mendes em Resp também nesse sentido, estou absolutamente confortável em acompanhar o Relator.

De modo que refluo no pedido de vista e acompanho, com toda tranquilidade e conforto pessoal e intelectual, o voto do eminente Relator pedindo vênia aos que entendem de modo contrário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO

"UNANIMEMENTE, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA". SUSPENSO O JULGAMENTO NA SESSÃO DE 31.03.2014, EM FACE DO PEDIDO DE VISTA DO EXMO. DES. EURICO DE BARROS, APÓS O VOTO DO EXMO. DES. RELATOR CONCEDENDO A SEGURANÇA, PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL, TENDO SIDO ACOMPANHADO PELOS EXMOS. DESEMBARGADORES AGENOR FERREIRA, GUSTAVO LIMA, LEOPOLDO RAPOSO, EDUARDO PAURÁ, JOVALDO NUNES, BARTOLOMEU BUENO E JONES FIGUEIRÊDO. DIVERGIRAM OS EXMOS. DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA (PRIMEIRO VOTO DIVERGENTE), LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, FERNANDO FERREIRA E JOSÉ FERNANDES DE LEMOS. AUSENTE, JUSTIFICADAMENTE, O EXMO. DES. EDUARDO SERTÓRIO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



CORTE ESPECIAL

28.04.2014

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 306959-8

IMPETRANTE: SOLANGE MARIA DE SÁ SOUZA

IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS - VOTO VISTA CONSTA NAS FLS. 104/111 DOS AUTOS.

DECISÃO

"UNANIMEMENTE, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA". NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, FOI CONCEDIDA A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO EXMO. DES. RELATOR, PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL, TENDO SIDO ACOMPANHADO PELOS EXMOS. DESEMBARGADORES AGENOR FERREIRA, GUSTAVO LIMA, LEOPOLDO RAPOSO, EDUARDO PAURÁ, JOVALDO NUNES, BARTOLOMEU BUENO E JONES FIGUEIRÊDO. OS EXMOS. DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, FERNANDO FERREIRA E JOSÉ FERNANDES DE LEMOS DENEGARAM A SEGURANÇA. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, O EXMO. DESEMBARGADORES EDUARDO SERTÓRIO E FREDERICO NEVES.
